

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 3 – Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação

**A BIBLIOTECA COMO INSTITUIÇÃO SOCIOCULTURAL:
um estudo na Biblioteca Pública Estadual de Alagoas*****THE LIBRARY AS A SOCIO-CULTURAL INSTITUTION:
a study at the State Public Library of Alagoas*****Rayanny Eleticia Medeiros de Moura** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
rayanny.moura@ichca.ufal.br – <https://orcid.org/0009-0003-0898-8068>**Willian Lima Melo** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – *willian.melo@delmiro.ufal.br*
– <https://orcid.org/0000-0001-9298-1333>**Modalidade: Trabalho Completo**

Resumo: Trazendo como panorama discussões sobre o estado cultural e a defesa da democracia, este artigo tem como objetivo caracterizar elementos presentes na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos que podem configurá-la como uma instituição sociocultural. A pesquisa é de natureza descritiva, recorreu à pesquisa de campo para proceder as análises, adotando-se a perspectiva qualitativa no processo de construção das sínteses. Para a fundação teórica, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados, a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos promove sua missão social dentro das suas possibilidades, contribuindo com a cidadania cultural.

Palavras-chave: unidades de informação; biblioteca pública; cultura.

Abstract: *Bringing into focus discussions about cultural status and the defense of democracy, this article aims to identify elements present in the Graciliano Ramos State Public Library that may characterize it as a socio-cultural institution. The research is descriptive in nature, using field research to carry out the analyses, adopting a qualitative perspective in the process of constructing the syntheses. For the theoretical foundation, bibliographic and documentary research was used. As a result, the Graciliano Ramos State Public Library promotes its social mission within its possibilities, contributing to cultural citizenship.*

Keywords: *information units; public library; culture.*

1 INTRODUÇÃO

A esquematização, em um nível micro ou macrorrelacional, pode se apresentar como resultado de ferramentas de pesquisa específicas que visam monitorar, evidenciar e confirmar características de elementos presentes em uma sociedade/corpo social por meio de seus diversos veículos de disseminação da cultura, informação e história regional. Neste

sentido, este estudo volta suas atenções à Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, que é parte integrante da disseminação cultural e histórica do Estado de Alagoas.

A Constituição de 1988 (Brasil, 2023) inova quando trata a cultura como direito. Em outras palavras, é dever do Estado a garantia desse direito, porém, cabe afirmar que o incentivo e o reconhecimento das formas e iniciativas da promoção cultural também devem acontecer (Silva; Araújo; Midlej, 2021). Resguardada majoritariamente nos artigos de número 215 e 216 (Brasil, 1988), a cultura passa a se relacionar com o conceito de Estado Democrático de Direito, o que faz surgir a faceta Constituição Cultural. Com isso, políticas públicas devem ser direcionadas à cultura no sentido de fomentar a democratização desse bem.

Diante dessa breve contextualização, apresenta-se o seguinte problema: como elementos presentes na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos podem configurar sua promoção sociocultural no estado de Alagoas? Assim, desenha-se como objetivo geral: caracterizar elementos presentes na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos que podem configurá-la como uma instituição sociocultural.

Sendo assim, é de relevância analisar o contexto de variáveis que envolvem a instituição Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPGR), como, por exemplo: características de estrutura física, mobilidade urbana para usuários, acessibilidade e adaptações urbanas e prediais, localização e segurança pública, recursos humanos disponíveis para gerenciamento e mediação. Pensar o Estado Cultural é refletir sobre o processo de democratização cultural. Ou seja, pensar a respeito das garantias relativas ao acesso é conjecturar sobre o processo de alcance da democracia cultural, que são as garantias de uso pleno dos indivíduos.

Metodologicamente, a pesquisa é de natureza descritiva. Recorreu-se à pesquisa de campo na biblioteca objeto do estudo para proceder as análises. Um diário de registros, com as categorias de análise, foi utilizado para promover a observação sistemática. Adotou-se a perspectiva qualitativa para o processo de construção das sínteses. Para a fundação teórica, recorreu-se à pesquisa bibliográfica em livros (nacionais e internacionais) e artigos em periódicos nacionais contidos na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI).

Recorreu-se, ainda, à pesquisa documental ao utilizar os dados contidos em boletins estatísticos e matérias institucionais, ambos do Governo Estadual de Alagoas.

2 A CONSTITUIÇÃO E O ESTADO CULTURAL

Comprometida com os ideais de cidadania, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2023)¹ apresenta a expressão “direitos culturais”. A formalização deste direito, manifestado neste documento de importância incontestável, está diretamente ligada ao pensamento de que “Hoje é indispensável admitir que a existência humana esteja desvinculada de uma vida cultural”. (Miranda, 2018, p. 7). A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2023) eleva o *status* de problematização sobre a temática cultura, reservando em seu corpo dois artigos específicos (artigo 215 e 216) e, com isso, objetiva, na visão de alguns autores (Silva; Araújo; Midlej, 2021), uma interpretação sistemática do conceito de cultura como objeto de ação pública.

Mesmo a cultura sendo dever do Estado desde 1934, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2023) inova ao tratar a cultura como direito, trazendo, especificamente, descrições relativas a obrigações sobre o estabelecimento de políticas voltadas tanto ao patrimônio quanto ao incentivo à produção cultural (Silva; Araújo; Midlej, 2021). Cultura passa a ser um direito fundamental, entrando no rol de direitos civis e políticos. Contudo, verifica-se para sua materialização condições e ações específicas que garantam seu alcance, e, para isso, entende-se aqui a importância de recursos institucionais e políticas públicas.

Em teoria, para os gestores públicos, o processamento de políticas de ações públicas voltadas à cultura (formatação, implementação e avaliação) deveria ser pautado em definições operacionais específicas, em uma ideia que Silva, Araújo e Midlej (2021) apresentam como circuito cultural. A defesa dessa ideia pelos referenciados autores está baseada no fundamento de que “A cultura seria formada por circuitos, com diversos conteúdos e formas, que seriam objetos de ação pública. Dessa maneira, do conceito de cultura ficam quatro registros, inclusive valorados constitucionalmente [...]”. (Silva; Araújo; Midlej, 2021, p. 13).

¹ Versão atualizada até a Emenda Constitucional nº 128/2022.

Em tese, para os gestores públicos, pensar políticas públicas deveria estar ligado aos seguintes registros, citados anteriormente: a) a cultura é um fenômeno complexo, múltiplo e plural (fundamentação antropológica); b) a cultura se relaciona com o Estado democrático de direito, isto é, a Constituição Cultural é elemento essencial da Constituição (ideia de direito cultural); c) o estabelecimento do conceito de cultura é meramente formal diante da complexidade das intervenções e do próprio caráter processual do fenômeno cultural; d) as políticas públicas se referem às capacidade de coordenação e ação do poder público sobre múltiplos processos jurídicos, políticos, econômicos e sociais. O Estado Cultural, aquele que deve garantir cultura, refere-se à construção de capacidade de ação sobre os fenômenos culturais.

Outro conceito que provém das discussões até aqui apresentadas, com base em pesquisa bibliográfica, é o de democracia cultural. A relação entre cultura e democracia, por vezes, foi conturbada na história (Silva; Araújo; Midlej, 2021). A Constituição Federal de 1988 sugere a preocupação da agenda política e a superação de perspectivas da cultura como objeto de ação pública sistemática. A apresentação desta questão é complexa, mas é na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2023) que algumas reflexões intrínsecas podem ser apreciadas, a saber: a) circuitos culturais, como apresentado acima; b) cultura como recurso; c) o propósito envolvido no conceito de cultura; d) políticas públicas para a cultura (Silva; Araújo; Midlej, 2021).

Sobre a cultura como recurso, Silva, Araújo e Midlej (2021) entendem que duas questões são complementares a esse pensamento: a cultura tem sua dimensão antropológica, relacionada ao fazer cotidiano, vivenciado pelos indivíduos; e que a cultura tem sua dimensão instrumental, que vai demandar características normativas, institucionais e organizacionais. Apresentadas as questões antropológica e instrumental da cultura como recurso, visualizam-se os atores 'Mercado', 'Administração Pública' e 'Comunidade' como coadjuvantes na ação executória de políticas públicas culturais, estabelecendo graus de adequação e eficiência para a realização de objetivos específicos

Para as discussões relativas ao propósito envolvido no conceito de cultura, Silva, Araújo e Midlej (2021) recorrem a Dewey (1980) para fundamentar que são as experiências que disponibilizam um repertório cultural aos indivíduos, aumentando suas capacidades e

competências culturais, bem como a capacidade reflexiva de dispor delas de forma criativa. Com isso, argumentar sobre o propósito envolvido no conceito de cultura é levar em consideração as seguintes premissas: a) as expressões artísticas e culturais oferecem experiências dinâmicas, além da mera contemplação estática de objetos imóveis. Supera-se aqui a predominância de uma visão na qual a vida cultural era exclusivamente direcionada para obras consagradas, belas-artes e belas-letas; b) ao conceber a vida cultural como uma experiência, desloca-se o valor da arte, passando a considerá-la assimilável por meio dos recursos simbólicos disponíveis em cada pessoa, sendo aqui importante considerar que para cada indivíduo, uma vivência, bem como a importância de processos de mediação; c) dessa forma, os processos culturais/experiências culturais se inserem em contextos complexos, históricos e socialmente situados.

Por último, sobre as políticas públicas para a cultura, entende-se que é na Constituição Federal, e na respectiva defesa do direito cultural, que se imbricam direitos ligados aos atos de produzir, de desfrutar, de transmitir bens e produções culturais e de reconhecer formas de vida, sendo obrigação do Estado a tutela deste direito (Silva; Araújo; Midlej, 2021). Essa relação do que está posto na carta magna e a materialização desses direitos, porém, não é sempre garantida. Se, por um lado, a política cultural, em um governo democrático, reflete um conjunto de acordo sociais e políticos sobre objetivos e necessidades (Bolán, 2006), por outro, as garantias de “[...] “quê”, “quem”, “como” e “para quê” de uma política cultural dependem das estruturas de poder e das relações sociais que vigoram em determinado momento em um espaço específico, seja um município, seja um Estado, seja uma nação”. (Barbalho, 2019, p. 46).

Mais uma vez, um entrave complexo é apontado. Tem-se um direito formalizado, mas as garantias de materialização não são plenas. Sobre a ação do estado e o alcance da cidadania, Cunha Filho (2018, p. 111) apresenta que “[...] ter a cidadania como um fundamento da República brasileira corresponde à compreensão de que ela é inerente a toda e qualquer atividade estatal, como saúde, educação, *cultura* ou meio ambiente [...]”. O alcance da cidadania está relacionado ao funcionamento de instituições que protejam os direitos culturais e garantam sua execução plena aos indivíduos. Esses sistemas fortalecem a

democratização cultural, característica de acesso à cultura, e a democracia cultural, característica de representatividade e assimilação simbólica.

3 BIBLIOTECA PÚBLICA COMO UNIDADE DE INFORMAÇÃO: DIRETRIZES DE UMA INSTITUIÇÃO IDEAL

As bibliotecas públicas desempenham um papel vital na promoção da educação, cultura e acesso à informação. Esses elementos representam uma face essencial da identidade de uma sociedade, desempenhando um papel crucial em seu progresso e desenvolvimento. A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) é uma organização que visa sistematizar os serviços em unidades de informação, a fim padronizar os diversos tipos de biblioteca e o fazer bibliotecário em um cenário global, promovendo e defendendo os interesses da profissão.

Ao longo dos anos, a IFLA também emitiu diretrizes e padrões que guiam os profissionais bibliotecários dentro das bibliotecas públicas. Em 1994, a IFLA, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicaram o Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (Moyses; Mont'Alvão; Zattar, 2019). Essa influente publicação guia os profissionais nas tomadas de decisões, promovendo mudanças significativas na biblioteca pública e promovendo um ambiente que personifique sua real missão. Especificamente, sobre a biblioteca pública, a IFLA (2012, p. 1) apresenta o seguinte direcionamento: “A biblioteca pública é uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional [...]”. Ainda de acordo com a referida instituição:

Ela [a biblioteca pública] proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e a obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e social e nível de escolaridade. (IFLA, 2012, p.1).

As bibliotecas públicas precisam ser imparciais e visar seus serviços, sua estrutura e acesso para todos os membros da comunidade, de maneira democrática. Sua finalidade está intrinsecamente ligada a atender as necessidades de educação, acesso à informação, lazer e

recreação de toda essa comunidade (IFLA, 2012). No que se refere à educação, a biblioteca pública deve proporcionar acesso aos conhecimentos registrados, em formato impresso e outros formatos, como multimídias e recursos de internet. A biblioteca pública precisa apoiar a educação continuada, ou seja, colaborar nessa formação ofertando serviços que despertem novas habilidades, visto que, a aprendizagem não termina com a conclusão do ensino médio ou superior (IFLA, 2012, p. 2-3). Neste sentido, a biblioteca deve promover acesso aos recursos educacionais de maneira eficaz, “[...] bem como proporcionar os meios que permitam às pessoas estudarem”. (IFLA, 2012, p.3).

No caso da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, contextualiza-se uma biblioteca cujo seu público-alvo é o povo alagoano. A BPGR é uma instituição pública estadual, ou seja, os fundos destinados à instituição são provenientes do governo estadual de Alagoas. Ela é um espaço de informação na qual se promove um ambiente dinâmico para construção do conhecimento e estímulo à leitura.

A Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos possui mais de 75 mil livros, acervo multimídia e uma coleção física do Jornal de Alagoas. A diversidade de materiais disponíveis nas bibliotecas é vasta, indo desde romances populares até livros acadêmicos, de periódicos a histórias em quadrinhos infantis, de obras em braile a audiolivros, e de exemplares de autores locais a obras raras e preciosas. Seu prédio foi construído entre 1844 e 1849, sendo uma das construções mais importantes do Estado de Alagoas. Em 1859, o atual prédio recebeu a Família Real, Dom Pedro II, a imperatriz Dona Teresa Cristina e comitiva imperial ficaram hospedados por onze dias. (Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, 2023?). No que se refere à infraestrutura, o prédio possui três andares e 54 salas, a Biblioteca possui piso e mapas táteis, entrada com acessibilidade, elevador com botoeiras, banheiros adaptados, auditório de fácil adaptação para pessoa com deficiência, estantes com altura acessível, computadores com sistema de leitura de tela, acervo impresso em braile, áudio livro, guia – vidente e contação de história para cegos. (Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, 2023?).

Os principais serviços são empréstimo de livros, visita guiada ao espaço, serviço de referência e aulas de xadrez. A BPGR oferece espaços multimídias e as ilhas de inclusão digital que possibilitam acesso à internet para estudo, pesquisa ou interatividade. Conforme

Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994, S.N.), “A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros”. Neste sentido, a biblioteca pública toma o lugar de disseminadora da informação, tendo que coletar, organizar e fornecer a qualquer cidadão as informações de acordo com a sua necessidade.

Para Freitas e Silva (2013) as bibliotecas podem não ser capazes de resolver problemas culturais como o analfabetismo, no entanto, elas desempenham um papel importante na introdução de novos hábitos para a população, como o da leitura, o gosto pela aprendizagem e a busca por novos conhecimentos, sendo então, um agente de mudança.

Ainda de acordo com o Manifesto (IFLA, 2012), no que se refere à cultura, diz-se que a missão da biblioteca pública é também fomentar a cultura, despertar a afeição pelas artes e promover inovações científicas através do diálogo intercultural e com um olhar cuidadoso para a diversidade cultural. Ou seja, a biblioteca pública contribui com resguardo cultural e artístico, ajudando a preservar também a identidade cultural do povo. Sobre a administração deste tipo de unidade informacional, de acordo com a IFLA (2012, p. 16), “A administração da biblioteca pode identificar serviços que sejam necessários por meio de pesquisas na comunidade, reuniões públicas, grupos focais e outros métodos de coleta de informação[...]”, isto é, a biblioteca tem total autonomia para desenvolver serviços que resguardem a cultura de um povo e que estimulem a promoção desses valores.

No que se refere a estrutura de uma biblioteca pública, é importante pensar na prestação de serviços que atinjam a todos da comunidade, portanto, o edifício dessas bibliotecas:

[...] deve ser projetado de modo a refletir as funções desses serviços, ser acessível a todos na comunidade e suficientemente flexível para acomodar serviços novos e dinâmicos. Deve estar localizado perto de outras atividades da comunidade, como, por exemplo, comércio, centros culturais e terminais de transporte. (IFLA, 2012, p. 18)

Para a IFLA (2012, p.18), a biblioteca pública, quando possível, deve estar à disposição dos usuários para que eles possam utilizar o espaço para reuniões, encontros e estudos, contribuindo, assim, para a vitalização de movimento em uma área urbana, além de

promover um local de aprendizagem. Ainda de acordo com a instituição, a segurança da biblioteca também deve ser levada em consideração. Para estas instituições, todos os esforços devem ser direcionados para garantir que a biblioteca seja um lugar seguro e a equipe responsável pela coordenação do espaço deve manter uma cooperação constante com as autoridades responsáveis pela segurança, a fim proteger tanto as pessoas que frequentam o local quanto o acervo desta unidade de informação.

No que concerne à divulgação (Marketing) da biblioteca pública, a IFLA (2012, p. 129) aponta que promover o espaço “[...] articula o que a biblioteca está fazendo e o que ela é.” Essa promoção pode acontecer dentro dos seguintes elementos:

- Utilizar de forma positiva as mídias impressas, digitais e de comunicação [...]
- sítios da biblioteca na internet, podcasts e canais RSS
- redes sociais como Facebook, Twitter e Youtube [...]
- vínculos na internet com outras instituições/guias da comunidade
- publicações especiais da biblioteca, por exemplo, história da biblioteca
- relatórios especiais destinados ao público e ao governo local. (IFLA, 2012, p. 129).

A estratégia de promoção desse espaço busca não somente aproximar o usuário dos serviços da biblioteca pública, mas também proporcionar um espaço de interação afetuosa entre biblioteca e usuário.

Em relação aos recursos, a IFLA (2012, p. 19) reafirma que a biblioteca pública deve seguir as necessidades da comunidade usuária. Ou seja, ela deve oferecer materiais e serviços em todos os formatos, de maneira atualizada. Para que a utilização desses serviços seja plena, é necessário contar com um corpo de funcionários treinados e que existam recursos também para o desenvolvimento profissional dessa equipe. (IFLA, 2012, p. 19). Seguir o Manifesto é pensar num progresso democrático do acesso às bibliotecas públicas existentes e fomentar a formação intelectual, cultural e histórica de uma sociedade, para assim promover o desenvolvimento pessoal e coletivo da comunidade usuária.

4 METODOLOGIA

Este estudo é de natureza descritiva, pois buscou caracterizar uma realidade específica, compreendendo melhor aspectos e variáveis envolvidas (Bufrem; Alves, 2020). A perspectiva qualitativa foi utilizada para a busca das sínteses analíticas. A pesquisa de campo foi a técnica utilizada para o levantamento dos dados, sendo imperativo um diário de campo

delimitando as variáveis analíticas presentes na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, a saber descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das análises: diário de campo

Diário de campo	
Variáveis analíticas	
Mobilidade Urbana	Onde a biblioteca está localiza?
	Existe facilidade de deslocamento das pessoas para a Biblioteca Estadual, seja por meio de um transporte público?
Segurança	Há no entorno alguma ronda de policiamento?
	O local é despovoado?
Funcionamento	Quais os horários de funcionamento da BPGR?
Acessibilidade	Há uma acessibilidade arquitetônica que permita a locomoção de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida?
	Há acessibilidade nas comunicações?
	Há Intérprete de Libras, assistentes virtuais na Biblioteca? Caso haja, existe um acervo específico para essa comunidade?
Plano de Divulgação Local	Quais estratégias a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos utiliza para a divulgação dos seus serviços?
	Quais seus canais de atendimento ao usuário?

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Vale a pena reforçar que essas variáveis são compatíveis ao referencial teórico base utilizado no estudo: democratização cultural, democracia cultural, diretrizes de uma biblioteca pública ideal. Como defendido nas seções 2 e 3 deste estudo, elementos como *Mobilidade Urbana*, *Segurança*, *Funcionamento*, *Acessibilidade* e *Plano de Divulgação Local*, podem, potencialmente, configurar uma biblioteca pública como uma instituição sociocultural de referência, que atende minimamente os critérios defendidos no manifesto da IFLA (2012) ao tempo que também vai promover o alcance da cultura como um direito. A pesquisa de campo foi realizada na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, com o intuito de buscar essas informações. A visita foi realizada em dezembro de 2023.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a metodologia descrita, serão apresentados, nesta seção, os resultados e as discussões da referida pesquisa de campo. Os resultados se mostram contextuais ao mês de coleta, como descrito na seção de metodologia.

5.1 Mobilidade urbana

A Biblioteca Pública Estadual está localizada no bairro do Centro de Maceió. O bairro leva esse nome porque “O primeiro povoado de Maceió se deu através da construção do engenho de açúcar no local onde hoje está situada a Praça Dom Pedro II. [Praça onde está situada a Biblioteca]”, o que torna o bairro assim “[...] um núcleo de um princípio constituinte da cidade.” (Carreiro, 2017, p.19). No entanto, no momento presente, o bairro do Centro de Maceió é o principal ponto de comércio da cidade, contendo uma variedade de lojas e serviços que atendem às necessidades da população de Maceió. O Centro de Maceió não é um bairro residencial e, devido ao crescimento de Maceió, hoje já não é mais considerado um bairro “central”.

Sobre o distanciamento da referida unidade em relação as partes geográficas do município de Maceió, dos bairros da parte alta da cidade de Maceió (Benedito Bentes, Santa Lúcia, Tabuleiro) para o bairro do Centro, estima-se uma distância de 13,5 km. Nos bairros da parte baixa (Mangabeiras, Ponta Verde e Pajuçara) para o Centro, é uma distância de, aproximadamente, 4 km. Neste sentido, a localização da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos se configura como mais acessível para os bairros da parte baixa da cidade. Contudo, vale contextualizar que a maior parte dos bairros da parte baixa são os de maior concentração de renda.

Outro problema identificado é o acesso ao local utilizando o transporte público. Não existe estações de ônibus ao entorno da Biblioteca, isso acaba sendo um fator de privilégio para aqueles que possuem um automóvel próprio. Este fator se liga diretamente a problemática envolvida no alcance da democratização cultural, como defendido por Silva, Araújo e Midlej (2021), visto que nem todos os indivíduos possuem meios de conseguir acessar os bens culturais disponíveis na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

5.2 Segurança

No bairro em que está situado o prédio, não foi visualizada nenhuma ronda de policiamento. Contudo, essa informação pode mudar de acordo com demandas de segurança públicas vivenciadas na localidade. Ou seja, esporadicamente há visita de uma ronda policial em torno da praça Dom Pedro II, que fica em frente à Biblioteca. Os seguranças do local executam a proteção do patrimônio material, no entanto, se houver alguma intercorrência eles podem intervir. O local durante o dia é povoado, há muitas lojas e prédios comerciais, mas, durante a noite, a realidade é diferente.

No período compreendido entre janeiro de 2023 e dezembro de 2023, os bairros do Centro, Farol e Poço ocuparam a sétima posição com maiores números de vítimas por crimes violentos que resultaram em morte, de acordo com Boletim Estatístico de Crimes Violentos Letais Intencionais da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas, 2024). Esse é um número significativo para o bairro do Centro, pois revela um potencial de violência no local.

Quando não se há o mínimo de segurança nos arredores, implicando em sensação de insegurança até dentro da Biblioteca, os usuários desse ambiente possivelmente não se sentirão confortáveis dentro deste espaço, temendo que a qualquer momento possa ocorrer eventos inesperados, como assaltos, ou atos de violência de qualquer natureza. Tratando de uma biblioteca pública, tem-se nessa evidência um alerta, visto que, seguindo o que se defende no Manifesto da IFLA (2012), esforços conjuntos devem focar em assegurar que a biblioteca seja um ambiente seguro. A equipe encarregada da gestão da unidade deve trabalhar continuamente com as autoridades de segurança para proteger tanto os visitantes quanto o acervo da biblioteca. Esse equipamento cultural, quando negligencia questões de segurança, pode perder seu potencial atrativo de diálogo com seus usuários.

5.3 Funcionamento

O horário de funcionamento da Biblioteca Pública Estadual é de segunda à sexta, das 9h às 17h. Esse horário segue a rotina padrão dos atendimentos dos serviços públicos. Contudo, pode-se questionar esse padrão ao contextualizarmos as necessidades de

educação e cultura presentes no estado de Alagoas. A abertura e fechamento do local se limita ao interstício de horário comercial, sendo este o momento que parte dos alagoanos estão em suas ocupações laborais. Os fins de semana demonstram ser os períodos mais propícios para a população se deslocar para os pontos de entretenimento, lazer e cultura na cidade. Este horário de funcionamento demonstra aspectos de restrição, fazendo que a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, por vezes não, se configure como um espaço de entretenimento, lazer e cultura para os alagoanos.

Democratizar oportunidades é um aspecto defendido por Silva, Araújo e Midlej (2021) para o alcance do Estado Cultural. Sobre a flexibilização de horários, isso reflete em como entender as necessidades ocupacionais dos usuários e ser sensível a essas características poderia ser um diferencial da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos à população de Maceió e ao povo das cidades do interior do estado.

5.4 Acessibilidade

A respeito da acessibilidade arquitetônica do local, por se tratar um prédio histórico, a arquitetura não foi pensada amplamente. Porém, a própria Instituição se moldou para a acessibilidade. No momento da visita o elevador com botoeiras² estava sem funcionar. A forma que a Biblioteca arrumou para driblar esses impasses foi realocando o principal acervo ao público com mobilidade reduzida. Por exemplo, o acervo de áudio livro, o impresso em braille, bem como o auditório e os principais locais de reunião estão localizados no térreo do prédio. Na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos há um profissional responsável pela comunicação em libras com as pessoas surdas, no entanto, no dia da visita de campo houve um desencontro com o responsável pela interpretação.

Dentro desse cenário, a restrição do espaço para as pessoas com deficiência é notória dentro de alguns pontos. Para as pessoas com deficiências físicas e motoras, a circulação pelo espaço da Biblioteca e o percorrer pelas estantes são limitados, fazendo com quem utiliza a biblioteca circule somente pelo térreo do prédio. Há também uma limitação para esse grupo de pessoas no que concerne à acessibilidade nas comunicações. Por haver

² Dispositivos de comando, que tem como função ligar/desligar a carga de um circuito, a partir de um acionamento manual.

somente um funcionário responsável pela comunicação em LIBRAS, a ausência dele causa uma lacuna na comunicação e limita o acesso da comunidade surda ao uso da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos. Mais um ponto sensível e correlacional à perspectiva de democratização cultural (Silva; Araújo; Midlej, 2021). Contudo neste caso, percebe-se o esforço da gestão pública e administrativa local na superação de possíveis pontos.

5.5 Plano de divulgação do local

Quanto ao plano de divulgação e os meios de comunicação do local, a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos usa a Imprensa de Alagoas e as mídias sociais³ para disseminação dos seus serviços. Isso restringe parte de quem o utiliza os serviços da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Como reforça o Manifesto IFLA (2012), a biblioteca pública deve oferecer acesso ao conhecimento, à informação, e à educação contínua por meio de diversos recursos e serviços. Deve estar disponível de forma igualitária para todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, deficiência física, condição econômica e social ou nível de escolaridade. No que toca o plano de divulgação local da BPGR, a iniciativa é válida e deve ser

sempre aperfeiçoada, mesmo sendo importante pensar nas pessoas que não têm acesso a esses meios de comunicação ou possível letramento enciclopédico das mensagens publicadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os equipamentos culturais sofreram precarização diante da conjuntura política turbulenta do Brasil dos últimos anos. Enfrentamos uma forte corrente negacionista que deslegitimou constantemente a cultura, a educação e a ciência do país. Sob essa perspectiva, observa-se que a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos tem se esforçado para manter a qualidade de seus serviços e a aproximação do usuário ao espaço, apesar dos impasses

³ Instagram sendo sua principal fonte de comunicação entre os usuários da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos: <https://www.instagram.com/bibliotecagracilianoramosal/>. Acesso em: 26 maio 2024.

dentro da esfera pública do Estado e da escassez nos investimentos. Se a cultura é prevista à luz da Constituição, ela deve ser posta a promoção pelos nossos representantes.

Evidentemente que seguir as diretrizes da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA, 1994; 2012) é pensar em uma instituição ideal, mas, nesse contexto, é perceptível que, na realidade alagoana, existe um hiato entre biblioteca pública e suas finalidades de promoção da cultura e cidadania. A Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos consegue promover a sua missão social dentro das suas possibilidades, todavia faltam investimentos que impulsionem a melhoria das condições oferecidas nesta unidade de informação. Trata-se de evidenciar e cobrar dos gestores públicos a necessidade de um exercício contínuo de cuidado, atualização e melhoria desses equipamentos. Esse estudo tem potencial para pesquisas futuras, visto que se conseguiu exercitar aqui a prática da observação da temática da democracia cultural para a cidadania, tendo um olhar aberto no que tange a promoção da preservação dos equipamentos culturais, o acesso e a valorização da cultura. Esse movimento científico fortalece a identidade cultural do povo alagoano e contribui para o entendimento e acesso a nossa cultura.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, A. Políticas e indicadores culturais em tempos de democracia: a experiência brasileira. In: MARTINS, T. C.; PINTO, M. M.; SILVA, A. M. (org.). **Indicadores culturais no Brasil e em Portugal**: subsídios para a comunicação entre estado e sociedade. Porto: Faculdade de Letras do Porto; CIC. Digital, 2019. cap. 2, p. 41-60.

BOLÁN, E. N. **La política cultural**: temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conaculta, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisa e Gestão da Informação, 2023.

CARREIRO, L. S. **O centro de Maceió**: as referências de um patrimônio edificado. 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

CUNHA FILHO, F. H. **Teoria dos direitos culturais**: fundamentos e finalidades. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

DEWEY, J. **Art as experience**. New York: Perigee Books, 1980.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS (IFLA). **Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas**. KOONTZ, C.; GUBBIN, B. (org.). Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2012.

FREITAS, M. A.; SILVA, V. B. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **RDBCI: revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 12, n. 1, 2014. Disponível em: <http://brapci.inf.br/#/v/40037>. Acesso em: 28 abr. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO. **Public Library Manifesto 1994**. [Washington, DC]: IFLA: UNESCO, 1994.

MIRANDA, D. S. Apresentação. *In*: CUNHA FILHO, F. H. **Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

MOYSES, M. F.; MONTALVAO, C. R.; ZATTAR, M. A biblioteca pública como ambiente de aprendizagem: casos de makerspaces, learning commons e co-working. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2019. Disponível em: <http://brapci.inf.br/#/v/127437>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECULT. **Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos: história, 2023?** Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/equipamentos/biblioteca-publica-estadual-graciliano-ramos/historia>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Boletim Estatístico Crimes Violentos Letais Intencionais**. Núcleo de Estatística e Análise Criminal: Alagoas, dez. 2023.

SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. E.; MIDDLEJ, S. A constituição e a democracia cultural. *In*: SILVA, F. A. B. **Direito e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2021.